DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 6442/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/7615/2015
PROTOCOLO	: 1595945
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO- MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: HUMBERTO CARLOS RAMOS AMADUCCI
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
TIPO DE PROCESSO	: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2015
OBJETO DA LICITAÇÃO	: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - 1ª FASE – PREGÃO PRESENCIAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE – ATOS LEGAIS E REGULARES, COM RESSALVA – RECOMENDAÇAO – PROSSEGUIMENTO.

Versam os presentes autos sobre o exame do **procedimento licitatório** desenvolvido na modalidade **Pregão Presencial nº 020/2015** - (peça 06).

O fundamento legal a dar sustentação ao presente procedimento licitatório repousa nas disposições contidas pela Lei Federal nº 10520/2002, Lei Federal nº 8666/93 e demais legislações aplicáveis.

O objeto do presente procedimento licitatório é a aquisição de materiais de expediente necessários ao atendimento da solicitação das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Esporte, Cultura e Lazer, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, Saúde, Assistência Social e Departamento de Meio Ambiente, conforme discriminação consignado no Edital - (peça 6 – fls.1).

A dotação orçamentária a ser onerada pela presente licitação está consignada no item 12 do Edital - (peça 6 – fls. 9).

A análise nesta fase recai sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade **Pregão Presencial nº 020/2015** com vistas à dar sustentação às contratações dele derivadas, conforme o previsto no art. 120, I, *"a"*, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A unidade de instrução procedeu à análise dos atos praticados nesta primeira fase

opinando pela *regularidade* e *legalidade* dos mesmos, consoante Análise **ANA-2ª ICE-14496/2015** - (peça 20).

O douto Ministério Público de Contas adota a mesma linha de entendimento e exara o r. Parecer **PAR-MPC-GAB.4 DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO-9556/2015** - (peça 21), opinando pela *legalidade* e *regularidade* de todo o processado,

É a síntese do relatório.

Conclusos, examino os presentes autos uma vez que observados os pressupostos processuais, dando-se prosseguimento nos termos do art. 112, II, *"b"*, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O fundamento legal a dar sustentação ao presente procedimento licitatório repousa nas disposições contidas pela Lei Federal nº 10520/2002, Lei Federal nº 8666/93 e demais legislações aplicáveis.

O objeto do presente procedimento licitatório é a aquisição de materiais de expediente necessários ao atendimento da solicitação das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Esporte, Cultura e Lazer, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, Saúde, Assistência Social e Departamento de Meio Ambiente, conforme discriminação consignado no Edital - (peça 6 – fls.1), sendo que a dotação orçamentária a ser onerada pela presente licitação está consignada no item 12 do Edital - (peça 6 – fls. 9).

O Corpo Técnico, após análise dos atos praticados, conclui pela *legalidade* e *regularidade* no seu processamento, recebendo o aval pela sua aprovação, nos seguintes termos - (peça 20 – fls.5), *verbis*:

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade e legalidade do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 20/2015** realizado pelo **Município de Mundo Novo** (CNPJ nº 03.741.683/0001-26), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160, de 02 de janeiro de 2012, cc. o inciso II do art. 122 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado da Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013, tendo em vista a observância dos preceitos legais que regem a matéria analisada.

O douto Ministério Público de Contas pugna pela *regularidade* e *legalidade* do procedimento licitatório em apreço, mediante a seguinte dicção - (peça 21 - fls. 1), *verbis*:

> Pelo que dos autos consta e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, com fulcro no inciso III, artigo 11 da Lei

Complementar Estadual sob o n. 148/2010, conclui pela **regularidade do procedimento licitatório** acima especificado, nos termos do art. 120, I, 'a' c/c art. 122, I e II, ambos do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

Acolho o posicionamento adotado pelo eminente Procurador de Contas porquanto, de fato, o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade *Pregão Presencial nº 020/2015* ora examinado se mostra adequado às normas legais vigentes, sendo que o não envio do Subanexo XVII constitui falha meramente formal, podendo ser sanada na fase subsequente, qual seja a execução financeira, estando, pois, o procedimento licitatório apto a dar sustentação aos contratos dele provenientes.

Diante do exposto, acolho o posicionamento adotado pelo Corpo Técnico e o Parecer do Ministério Público de Contas e, com fundamento no § 3º, IV, "a" do art. 10 c/c art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, e,

DECIDO:

1 – pela **legalidade** e **regularidade, com ressalva,** do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade **Pregão Presencial nº 020/2015** instaurado pelo **Município de Mundo Novo/MS**, CNPJ/MF n.º 03.741.683/0001-26, por meio do Pregoeiro Oficial devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Senhor Humberto Carlos Ramos Amaducci, CPF/MF nº 368.587.141-20, como unidade licitante, porquanto realizado em conformidade com a legislação pertinente, constituindo a ressalva em face do não encaminhamento do Subanexo XVII, descumprindo a Instrução Normativa TCE n.º 35/2011, nos termos do art. 59, II da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pela **recomendação** ao responsável a fim de que se encaminhe a esta Corte de Contas os documentos não acostado aos autos (Subanexo XVII), para análise na fase subsequente, qual seja a execução financeira, bem como pela adoção de providências visando ao atendimento das instruções vigentes quanto a observância da remessa dos documentos sujeitos ao encaminhamento a esta Corte de Contas, na forma regimental, de forma e evitar a ocorrência de falhas da mesma natureza, nos termos do art. 59, § 1º, II, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 – pelo **retorno** destes autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para o

acompanhamento das contratações dele derivadas, nos termos do disposto no art. 120, II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

4 – **Publique-se**, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 14 de setembro de 2015.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator